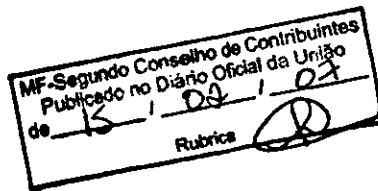




Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

2º CC-MF  
Fl.

Processo nº : 10768.009611/99-08  
Recurso nº : 128.406  
Acórdão nº : 201-79.054



Recorrente : DECORAÇÕES KARÍCIA LTDA.  
Recorrida : DRJ no Rio de Janeiro - RJ

### PIS. COMPENSAÇÃO. DECADÊNCIA.

Nos pleitos de compensação/restituição de PIS, formulados em face da inconstitucionalidade dos Decretos-Leis nºs 2.445/88 e 2.449/88, o prazo decadencial do direito creditório é de 5 (cinco) anos, contado da data da publicação da Resolução nº 49 do Senado Federal, 10 de outubro de 1995.

### SEMESTRALIDADE.

A base de cálculo da contribuição para o PIS é o faturamento do sexto mês anterior ao da ocorrência do fato gerador, de acordo com o parágrafo único do art. 6º da Lei Complementar nº 7/70, conforme entendimento do STJ.

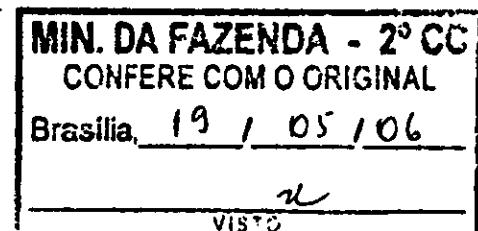
**Recurso provido.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por DECORAÇÕES KARÍCIA LTDA.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **em dar provimento ao recurso**, nos termos do voto do Relator, da seguinte forma: I) **por maioria de votos, para reconhecer a contagem da decadência do pedido a partir da Resolução do Senado Federal nº 49/95**. Vencidos os Conselheiros Walber José da Silva, Maurício Taveira e Silva e José Antonio Francisco, que consideram prescrito o direito à restituição em 05 (cinco) anos do pagamento; e II) **por unanimidade de votos, para reconhecer a semestralidade da base de cálculo**.

Sala das Sessões, em 26 de janeiro de 2006.

*Josefa Maria Coelho Marques*  
Josefa Maria Coelho Marques  
**Presidente**  
  
*Antonio Mario de Abreu Pinto*  
Antonio Mario de Abreu Pinto  
**Relator**



Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Sérgio Gomes Velloso, Gustavo Vieira de Melo Monteiro e Rogério Gustavo Dreyer.



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 10768.009611/99-08  
Recurso nº : 128.406  
Acórdão nº : 201-79.054

MIN. DA FAZENDA - 2º CC
CONFERE COM O ORIGINAL
Brasília, 19 / 05 / 06
_____
VISITADA

2º CC-MF  
FL

**Recorrente : DECORAÇÕES KARÍCIA LTDA.**

## RELATÓRIO

Trata-se de recurso voluntário interposto contra o Acórdão DRJ/POR nº 6.191/2004 (fls. 270/280), proferido pela DRJ no Rio de Janeiro - RJ, que indeferiu pedido de compensação dos valores pagos a título de PIS, recolhidos com fulcro nos indigitados Decretos-Leis nºs 2.445/88 e 2.449/88, no período compreendido entre 20/10/1988 e 20/10/1995.

Em análise primeira, a Delegacia da Receita Federal no Rio de Janeiro - RJ, às fls. 222/226, indeferiu a solicitação, por entender, relativamente aos recolhimentos efetuados até 13/05/1994, estarem os créditos extintos pela decadência, uma vez que transcorridos mais de cinco anos entre a data dos indevidos pagamentos e a apresentação do presente pedido, que se deu tão-somente em 13 de maio de 1999.

Quanto aos demais valores, afirmou não existirem créditos a serem compensados, haja vista que o art. 6º da LC nº 7/70 estabelece o prazo de recolhimento e não a base de cálculo da exação em comento.

Inconformada, a contribuinte apresentou impugnação, às fls. 232/244, argüindo que o prazo decadencial para o pleito em comento é de 5 (cinco) anos a contar da Resolução nº 49/95 do Senado Federal, que declarou a constitucionalidade dos supracitados decretos-leis.

Afora isso, afirmou que a base de cálculo da exação em questão é o faturamento do sexto mês anterior à ocorrência do fato gerador, à luz do que estabelece o art. 6º da Lei Complementar nº 7/70.

O Colegiado de primeiro grau, às fls. 269/280, manteve a decisão impugnada, consubstanciada na decadência dos recolhidos até 13/05/1994. Ademais, em relação aos demais valores, aduziu não existirem créditos a compensar, uma vez que o art. 6º da LC nº 7/70 estabelece o prazo de recolhimento e não a base de cálculo da exação.

Não satisfeita, a contribuinte interpôs, tempestivamente, o presente recurso voluntário, às fls. 283/298, reiterando os argumentos esposados em sua peça vestibular.

É o relatório



Processo nº : 10768.009611/99-08  
Recurso nº : 128.406  
Acórdão nº : 201-79.054

MIN. DA FAZENDA - 2º CC  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Brasília, 19 / 05 / 06  
visto

2º CC-MF  
FL.

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR  
ANTONIO MARIO DE ABREU PINTO

O recurso preenche todos os requisitos de admissibilidade e, portanto, dele tomo conhecimento.

No caso vertente, discute-se o prazo decadencial para se pleitear a restituição de valores indevidamente recolhidos aos cofres públicos a título de contribuição ao PIS, nos meses de apuração de outubro de 1988 a outubro de 1995, assim como a base de cálculo da contribuição.

*Ab initio*, reconheço o pleito da recorrente de que a decadência relativa ao direito de restituição quanto a crédito auferido com base em lei declarada constitucional pelo STF opera-se após decorridos 5 (cinco) anos, à luz do art. 168 do CTN, contados a partir da data da publicação da Resolução do Senado Federal nº 49/95, conforme reiterada e predominante jurisprudência deste Conselho e dos nossos tribunais.

No caso vertente, como se trata de tributo, cujo recolhimento indevido se funda na suspensão da execução da legislação regente, por Resolução do Senado Federal, o termo *a quo* para a contagem do prazo decadencial para pedir a restituição/compensação dos valores é a data em que o contribuinte viu seu direito reconhecido. Como a Resolução nº 49 do Senado Federal, que suspendeu a vigência dos citados decretos-leis, considerados constitucionais pelo STF, foi publicada no dia 10/10/95 e o pedido de restituição foi apresentado em 13/05/1999, este não foi, em nenhum momento, atingido pela decadência, porquanto esta só se configuraria a partir de novembro de 2000.

No tocante à correta interpretação do parágrafo único do art. 6º da LC nº 7/70, há muito firmou-se o escólio no âmbito deste Egrégio Conselho a partir do entendimento do STJ - órgão constitucionalmente competente para dirimir as divergências jurisprudenciais - de que a base de cálculo do PIS é a de seis meses antes da ocorrência do fato gerador, sem correção monetária, até o advento da MP nº 1.212/95. Desta feita, deve o Fisco proceder à apuração do crédito em testilha com observância do critério da semestralidade.

Diante do exposto, **dou provimento** ao recurso voluntário para admitir a possibilidade de existirem indébitos de PIS a compensar, advindos dos fatos geradores compreendidos entre outubro de 1988 e outubro de 1995, os quais devem ser apurados pelo Fisco mediante as regras estabelecidas nas Leis Complementares nºs 7/70 e 17/73, portanto, à alíquota de 0,75% sobre o faturamento do sexto mês anterior ao da ocorrência do fato gerador, sem correção monetária.

Sala das Sessões, em 26 de janeiro de 2006.

ANTONIO MARIO DE ABREU PINTO